



27435778



08084.004959/2023-48



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Serviço de Preparação de Aquisição e Contratação

**NOTA TÉCNICA Nº 18/2024/SEPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.004959/2023-48**

**INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS**

**1. OBJETO**

1.1. Trata-se de Nota Técnica referente ao Pregão Eletrônico nº 14/2023, realizado no âmbito deste Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de apoio administrativo, para o cargo de Apoio Administrativo Nível II, mediante cessão de mão de obra com dedicação exclusiva.

1.2. Conforme informado no DESPACHO Nº 71/2024/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (SEI nº 27399414), os autos foram encaminhados à esta área demandante para análise e manifestação quanto à proposta comercial (SEI nº 27399326) e aos critérios de habilitação técnica (SEI nº 27399324) da empresa **G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA, CPNJ nº 07.094.346/0001-45**.

1.3. Dessa forma, na medida da competência desta área técnica, apresentamos abaixo a manifestação quanto à proposta comercial e habilitação técnica da licitante.

1.4. Ressalta-se que as demais condições de habilitação não são passíveis de análise ou manifestação por parte deste SEPAC, restando circunscrito o presente expediente aos aspectos acima relacionados, a seguir discriminados.

**2. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA PLANILHA DE CUSTOS**

2.1. Inicialmente, verifica-se que a proposta de preços e a planilha de custos encaminhada pela licitante encontram-se de acordo com os modelos presentes nos Anexos I e II do Termo de Referência, estando formalmente adequadas às disposições do instrumento convocatório.

2.2. A seguir apresentaremos a manifestação desta área técnica quanto aos itens de custo que compõem cada módulo da planilhas analíticas de custos apresentada pela licitante:

**MÓDULO 1 - Composição da Remuneração.**

2.2.1. A proponente observou corretamente o salário indicado no item 5.5.6 do Termo de Referência.

**MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios.**

**Submódulo 2.1 (13º salário e adicional de férias).**

2.2.2. A empresa adotou os percentuais indicados no modelo de planilha de custos.

**Submódulo 2.2 (Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições).**

2.2.3. A proponente apresentou declaração afirmando estar enquadrada como contribuinte da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011), tendo incorporado em suas planilhas o percentual de contribuição de 4,5% sobre a receita bruta em substituição aos 20% (INSS) que incidem sobre o montante da remuneração dos trabalhadores.

2.2.4. A fim de comprovar sua opção pela tributação da CPRB junto à Receita Federal do Brasil, a licitante encaminhou cópia do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF cujo código utilizado (2985) demonstra o recolhimento da CPRB nos termos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

2.2.5. No que concerne ao percentual variável do Risco Ambiental do Trabalho (RAT), a licitante apresentou cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP, onde consta a informação de que o RAT ajustado a ser recolhido pela empresa equivale a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), em consonância com o percentual informado em sua planilha de custo.

2.2.6. Os percentuais das demais contribuições estão de acordo com o estabelecido pela legislação vigente.

### **Submódulo 2.3 (Benefícios mensais e diários).**

2.2.7. Os valores para o vale-transporte estão condizentes com os estimados por esta área demandante, e a licitante não incluiu o custo do vale-transporte na planilha devido ao desconto de 6% dos funcionários ser superior ao custo estimado pela empresa.

2.2.8. Quanto ao auxílio alimentação, a licitante cotou o valor de R\$ 33,51 (trinta e três reais e cinquenta e um centavos), o que é condizente com a cláusula décima segunda da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 SINDESEI-DF/SINDPD-DF - homologada sob o registro n. DF000552/2023. Cabe destacar que, conforme entendimento consignado no Parecer n. 00439/2022/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (SEI nº 17957159), da Consultoria Jurídica da União junto à esta Pasta Ministerial, "*o enquadramento sindical (e, por consequência, os instrumentos coletivos aplicáveis) é competência exclusiva da contratada*", dessa forma, entendemos que a Administração não possui condições de aferir o acerto ou o desacerto na indicação do instrumento coletivo mais adequado ao objeto do contrato em questão, de modo que, em caso de qualquer controvérsia relativa à correta aplicação de norma coletiva, competirá à Justiça do Trabalho dirimi-las, nos termos do art. 625 da CLT.

### **MÓDULO 3 (Provisão para Rescisão), MÓDULO 4 (Custo de Reposição do Profissional Ausente) e MÓDULO 5 (Insumos Diversos).**

2.2.9. Os valores aportados para esses módulos não apresentaram indicativo de valores excessivos ou inexequíveis em relação à estimativa inicial realizada na fase interna da licitação.

### **MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

2.2.10. Em relação aos impostos federais (PIS e COFINS), a licitante cotou os percentuais de acordo com as alíquotas médias dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, em conformidade com o que prescreve o item 4.5 do instrumento convocatório.

2.2.11. O percentual do ISS encontra-se compatível com a Lei Complementar n. 116/2003 e art. 38, inciso II, do Decreto Distrital n. 25.508/2005

2.3. Ante o exposto, com base na análise empreendida, concluímos que a proposta de preços e a planilha de custos estão em conformidade com as exigências do Termo de Referência.

## **3. DA QUALIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO TÉCNICA**

3.1. A licitante apresentou as declarações exigidas nos itens 8.25 e 8.32 do TR, afirmando que possui escritório localizado em Brasília e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.2. Adicionalmente, foram encaminhados diversos atestados de capacidade técnica, com destaque para o documento emitido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Este atestado confirma que a proponente já executou serviços compatíveis com o objeto da licitação, excedendo o

quantitativo mínimo exigido conforme o item 8.27.2 do Termo de Referência, e por um período de tempo superior ao estipulado no item 8.27.1 do mesmo documento.

3.3. Ante o exposto, constata-se que a empresa cumpriu integralmente os critérios de qualificação técnica exigidos no instrumento convocatório.

#### 4. **CONCLUSÃO**

4.1. Após a análise, concluímos que a proposta comercial e a planilha de custos encontram-se de acordo com as exigências do Termo de Referência, e que a empresa cumpriu integralmente os critérios de qualificação técnica exigidos no instrumento convocatório.

4.2. Dessa forma, encaminhamos os autos à Coordenação de Suprimentos e Serviços Gerais para apreciação, e, se estiver de acordo, com sugestão de envio dos autos à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais, e posteriormente à Divisão de Licitações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL, para a continuidade do certame.

**IVAN LUIZ GRAZIATO**

Chefe do Serviço de Preparação de Aquisições e Contratações

De acordo.

Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais na forma proposta.

**LORENA FERREIRA REIS**

Coordenadora de Suprimentos e Serviços Gerais

Aprovo a presente Nota Técnica.

Encaminhe-se à Divisão de Licitações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para as demais providências cabíveis.

**LEOZILIO FERREIRA FRANÇA**

Coordenador-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **LEOZILIO FERREIRA FRANÇA, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais**, em 01/04/2024, às 17:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Luiz Graziato, Chefe do Serviço de Preparação de Aquisições e Contratações**, em 02/04/2024, às 08:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **27435778** e o código CRC **B0251E0A**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

